



A contratação temporária de professores na educação básica sob a influência do neoliberalismo

Temporary hiring of teachers in basic education under the influence of neoliberalism

 Anderson Claytom Ferreira Brettas¹  Michele Fuzatto de Oliveira Terra²

Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Uberaba, MG, Brasil

Resumo

O artigo examina a relação histórica entre trabalho e educação, destacando como o capitalismo industrial e, posteriormente, o neoliberalismo, transformaram essas esferas em mecanismos de subsistência e controle. Originalmente fontes de desenvolvimento crítico, o trabalho e a educação foram reduzidos a mercadorias, afetando especialmente o setor educacional. A análise foca na precarização dos contratos temporários de professores na Educação Básica, revelando como a flexibilização neoliberal agravou as desigualdades, gerando condições de trabalho incertas, ausência de plano de carreira e baixos salários. O estudo enfatiza que a rotatividade de docentes prejudica a continuidade pedagógica e o aprendizado dos alunos, afetando também a subjetividade dos professores. Para enfrentar essa realidade, o artigo defende a revisão das políticas públicas, propondo investimentos sólidos na educação para promover a formação integral dos docentes e assegurar uma educação de qualidade e emancipadora, capaz de combater a desvalorização e alienação resultantes da lógica neoliberal.

Palavras-Chaves: capitalismo neoliberal; precarização; trabalho docente; contratação temporária.

Abstract

The article examines the historical relationship between work and education, highlighting how industrial capitalism and, later, neoliberalism, transformed these spheres into mechanisms of subsistence and control. Originally sources of critical development, work and education have been reduced into commodities, especially affecting the education sector. The analysis focuses on the precariousness of temporary contracts for teachers in Basic Education, revealing how neoliberal flexibilization has worsened inequalities, generating uncertain working conditions, the absence of a career plan and low incomes. The study emphasizes that teacher turnover harms pedagogical continuity and student learning, also affecting teachers' subjectivity. To face this reality, the article defends a review of public policies, proposing solid investments in education to promote the comprehensive training of teachers and guarantee quality and emancipatory education, capable of reinforcing the devaluation and alienation resulting from neoliberal logic.

Keywords: neoliberal capitalism; precariousness; teaching work; temporary hiring.

Recebido: 26 out. 2024

Aprovado: 02 jun. 2025

Editores: Carlos Bauer

Processo de Avaliação: *Double Blind Review*

Notas dos autores

Conflito de interesses: Os autores não declararam quaisquer conflitos de interesses potenciais.

Autor correspondente: Michele Fuzatto de Oliveira Terra

Para citar este artigo

(ABNT NBR 6023:2025)

BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira; TERRA, Michele Fuzatto de Oliveira. A contratação temporária de professores na educação básica sob a influência do neoliberalismo. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2025 <https://doi.org/10.5585/cpg.v24n1.27642>

¹ Doutor em Educação, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor, Sociólogo e Historiador, Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). andersonbrettas@iftm.edu.br

² Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Professora de Física, Matemática e Química, Centro Estadual de Educação Paula Souza (CEETEPS). michele.terra@etec.sp.gov.br

1 Considerações introdutórias

A relação entre trabalho e educação é essencialmente histórica e caracteriza-se por seu papel formador no desenvolvimento humano. Essas duas atividades possuem um caráter ontológico intrínseco ao ser humano, que se molda a partir da busca pela sobrevivência e construção do saber. No entanto, com o avanço de modelos econômicos específicos, como o capitalismo industrial e, posteriormente, o neoliberalismo, essas esferas sofreram uma ruptura significativa, levando ao distanciamento entre a formação crítica e o exercício do trabalho. Este estudo busca investigar como essas transformações impactaram a Educação Básica, especialmente no que tange à precarização da contratação de docentes temporários.

O trabalho, considerado historicamente uma fonte de aprendizado e de formação de indivíduos críticos e autônomos, foi gradativamente transformado em mera mercadoria à venda. O surgimento do modelo capitalista de produção e o conseqüente crescimento da mecanização implicaram na redução da necessidade de qualificação da força de trabalho, com o foco voltado para a maximização do lucro e a eficiência produtiva. Desse modo, a atividade laboral, que outrora contribuía para o desenvolvimento intelectual e crítico, passou a ser considerada apenas um meio de subsistência, afastando-se de seu papel educativo e emancipador (Marx, 2013; Saviani, 2007).

Com o advento do neoliberalismo, houve uma acentuada ampliação das desigualdades sociais, uma vez que o modelo promoveu a diminuição da interferência estatal e a suposta flexibilização das relações de trabalho. Apresentado como uma solução ideal para o crescimento econômico, o neoliberalismo enfatizou a desregulação do mercado de trabalho e a redução dos direitos trabalhistas, resultando em situações de maior precarização laboral. Nesse cenário, o trabalhador, para manter seu sustento, viu-se forçado a aceitar condições instáveis de emprego, com menor segurança e remuneração, enquanto as lutas de classe passaram a focar mais na manutenção de direitos conquistados do que na obtenção de novos.

O impacto dessas mudanças na educação é evidente, especialmente na contratação de professores da Educação Básica. O aumento de contratos temporários se deu em um contexto de reestruturação das relações de trabalho, no qual docentes temporários enfrentam diversas adversidades, mesmo possuindo qualificação semelhante ou superior à dos efetivos. Essa modalidade de contratação reflete a incerteza de vínculo, a desigualdade salarial e a ausência de benefícios como plano de carreira, o que compromete tanto o bem-estar dos docentes quanto a qualidade da educação ofertada aos alunos.

A lógica neoliberal, ao estabelecer a competição como princípio estruturante do mercado de trabalho, impactou a educação de forma direta. As reformas educacionais mais recentes, em

muitos casos, passaram a priorizar a eficiência e o resultado imediato, adaptando o ensino a demandas mercadológicas em detrimento de uma formação crítica e integral dos alunos. No âmbito da Educação Básica, a contratação temporária de docentes emerge como uma resposta a essa dinâmica, refletindo a tentativa de reduzir custos e maximizar o controle sobre o corpo docente. Essa forma de contratação, por sua natureza precária e instável, compromete a continuidade pedagógica, uma vez que professores temporários enfrentam constante incerteza quanto à permanência na escola, o que afeta diretamente o planejamento e a qualidade do ensino ofertado.

Além disso, a precarização do trabalho docente não se restringe ao plano individual dos profissionais, mas também afeta o ambiente escolar como um todo. A falta de estabilidade dificulta o desenvolvimento de projetos educacionais de longo prazo, além de prejudicar a criação de vínculos entre professores, alunos e a comunidade escolar. A ausência de um plano de carreira adequado para docentes temporários reduz as oportunidades de formação contínua e de progressão na profissão, o que resulta em desmotivação e sobrecarga de trabalho. Para os alunos, esse contexto se traduz em uma experiência educacional fragmentada, com rotatividade de professores e falta de profundidade na abordagem dos conteúdos, dificultando o desenvolvimento pleno de competências críticas e cidadãs.

As transformações econômicas ocorridas ao longo das últimas décadas impactaram de maneira substancial o mercado de trabalho e a estrutura educacional, especialmente no que se refere à formação e à contratação de professores na Educação Básica. O advento do capitalismo industrial e, posteriormente, do neoliberalismo contribuiu para a fragmentação entre educação e trabalho, transformando o último em uma atividade puramente econômica, desvinculada de seu caráter educativo. Por meio de uma reflexão crítica, este estudo destaca a necessidade de uma maior análise sobre a precarização do trabalho docente, sobretudo no que diz respeito à contratação temporária, a fim de compreender como esse modelo afeta não apenas o professor, mas também a instituição educacional e a formação do aluno.

2 O papel do trabalho na formação da condição humana

O trabalho e a educação são atividades que, ao longo da história, desempenharam papel crucial na formação humana. Enquanto o trabalho promove a transformação da natureza e de si mesmo, a educação, por sua vez, contribui para a construção do conhecimento e da autonomia crítica. No entanto, com o advento de sistemas econômicos, como o capitalismo industrial e o neoliberalismo, essas duas esferas passaram por uma significativa cisão. Em vez de promoverem uma formação integral, o trabalho e a educação se tornaram instrumentos de subsistência e controle

social. Este artigo busca investigar a evolução do conceito de trabalho ao longo do tempo, especialmente à luz das análises de Marx e Saviani, conectando-o ao impacto dessas transformações na Educação Básica e na precarização da contratação de docentes temporários.

O conceito de trabalho, em sua dimensão mais ampla, refere-se à atividade essencial da existência humana, moldando o homem e a sociedade ao longo de diferentes períodos históricos. Para Marx, o trabalho não é apenas uma atividade produtiva, mas um meio pelo qual o homem interage e modifica a natureza (Marx, 2013). Nesse processo, o ser humano não apenas transforma o meio ambiente, mas também a si próprio, desenvolvendo habilidades, conhecimentos e potencialidades. Saviani (2007) complementa essa visão, ao afirmar que a essência do homem se revela por meio do trabalho, que é o fundamento de sua formação e desenvolvimento social. Logo, o trabalho possui um caráter tanto ontológico quanto histórico, sendo um elemento central na dinâmica social.

No entanto, com a chegada do capitalismo, especialmente em sua forma industrial, a natureza do trabalho sofreu alterações profundas. O surgimento da divisão social do trabalho e a mecanização da produção mudaram radicalmente as relações entre o homem e o processo produtivo. Antes associado à criatividade e ao aprendizado, o trabalho foi reduzido a uma mercadoria, voltada para a geração de lucro e submetida às leis do mercado. O neoliberalismo, por sua vez, intensificou esse processo ao ampliar a precarização das condições de trabalho. A lógica capitalista transformou o trabalhador em um agente alienado, separado de sua própria essência e do conhecimento do processo produtivo, o que resultou em indivíduos menos críticos e mais dependentes das estruturas econômicas dominantes.

Essa transformação do conceito de trabalho também se reflete na educação, especialmente no ensino público. O aumento das contratações temporárias de professores na Educação Básica é um exemplo claro desse fenômeno. Embora esses profissionais possuam qualificação equivalente ou superior aos docentes efetivos, a ausência de estabilidade, de planos de carreira e de benefícios adequados evidencia a precarização do setor educacional. As reformas neoliberais, que visam a eficiência e a redução de custos, acabam por comprometer a qualidade da educação, criando um ambiente instável e fragmentado. Para os alunos, a rotatividade de docentes e a falta de continuidade pedagógica impactam negativamente o aprendizado, enfraquecendo o potencial formador da escola.

A análise histórico-ontológica do trabalho, segundo Saviani (2007), revela que a sua natureza educativa é central na formação de sujeitos críticos e autônomos. No entanto, a separação entre trabalho e educação, agravada pelas políticas neoliberais, resultou na criação de condições de trabalho mais instáveis e desiguais. Essa separação não apenas afeta o trabalhador, mas também desumaniza o processo educativo, transformando-o em um mecanismo de adequação às demandas

do mercado de trabalho. Isso evidencia a contradição fundamental do capitalismo: enquanto o trabalho é a essência do ser humano, o sistema econômico o utiliza como meio de exploração e alienação.

O trabalho, como processo educativo, possui o potencial de elevar o ser humano a níveis superiores de conhecimento e cultura, conforme destacado por Bernardes (2021). Contudo, a lógica capitalista reduziu essa perspectiva ao mínimo necessário para a sobrevivência. No período pré-capitalista, o trabalho era uma atividade orgânica, indistinguível do ócio e de outras atividades humanas. Na era capitalista, porém, o trabalho se tornou sinônimo de emprego assalariado, condicionado pela alienação e pela venda da força de trabalho. Essa transição alterou a essência do trabalho, tornando-o uma atividade subordinada às exigências do mercado, afastada de seu papel emancipador.

As mudanças nas relações sociais e econômicas ao longo da história alteraram significativamente o papel do trabalho na sociedade e na educação. Inicialmente concebido como um princípio formador, o trabalho foi transformado em uma mercadoria, contribuindo para a alienação e a precarização das relações humanas. No campo educacional, a contratação temporária de professores da Educação Básica reflete essa lógica, evidenciando as contradições do modelo capitalista contemporâneo. Compreender o conceito de trabalho em sua totalidade é essencial para repensar as políticas educacionais e as práticas laborais, buscando soluções que promovam uma formação integral e uma sociedade mais justa e equitativa.

3 Neoliberalismo e as dinâmicas de precarização das relações laborais

No modelo econômico capitalista, o trabalho tornou-se uma das principais mercadorias, sendo objeto de intensa exploração pelas classes dominantes. A venda da força de trabalho, característica do capitalismo, é o elemento central de sua dinâmica econômica, uma vez que a produção de mais-valia depende diretamente da apropriação da força de trabalho do proletariado (Oliveira, 2019). Com a introdução do neoliberalismo, a precarização das relações de trabalho tornou-se ainda mais evidente, especialmente no setor educacional. A contratação temporária de docentes reflete essa lógica, na qual os professores, mesmo com qualificação adequada, enfrentam condições de trabalho incertas, sem estabilidade e com remuneração desigual. Essa realidade compromete a qualidade do ensino e fragiliza o vínculo educativo.

O neoliberalismo, como racionalidade política e econômica, estruturou a sociedade a partir de princípios de concorrência e mercado livre, promovendo a desregulamentação das relações de trabalho e reduzindo a presença estatal na economia (Harvey, 2008 *apud* Veríssimo, 2020). No

Brasil, essa lógica se intensificou a partir dos anos 1990, com reformas econômicas que visaram a flexibilização das leis trabalhistas, a redução do papel do Estado e o crescimento da desigualdade social. O efeito dessas políticas na educação é claro: a contratação de professores de forma temporária não apenas intensifica a precarização do trabalho docente, mas também compromete a continuidade pedagógica, impactando negativamente o desenvolvimento dos alunos.

A transformação das relações de trabalho sob o neoliberalismo trouxe novos desafios para o setor educacional, especialmente no que se refere ao vínculo empregatício dos docentes. A flexibilização mercadológica promoveu uma reconfiguração das formas de contratação, priorizando regimes de trabalho temporários e precários. Essa dinâmica, ao distanciar o professor de um contrato estável e de uma carreira profissional sólida, limita o desenvolvimento de projetos pedagógicos de longo prazo e reduz a motivação dos docentes, que enfrentam condições de trabalho desfavoráveis, como altas cargas horárias e remuneração desproporcional ao esforço demandado.

Além disso, o neoliberalismo, ao priorizar o mercado como regulador das relações sociais, trouxe um impacto direto sobre a formação educativa. A rotatividade de professores na Educação Básica compromete a continuidade do aprendizado e enfraquece o potencial formador da escola. As reformas educativas orientadas por princípios neoliberais, que buscam eficiência e redução de custos, acabam por precarizar ainda mais o trabalho docente. O resultado é um sistema educacional fragmentado, que não promove a formação integral dos alunos e reproduz desigualdades estruturais.

A precarização das relações de trabalho, evidenciada no setor educacional, reflete as contradições do capitalismo contemporâneo, onde a lógica do mercado predomina sobre a lógica educativa. Compreender essa dinâmica é essencial para repensar as políticas públicas voltadas à educação, buscando modelos que promovam a valorização do trabalho docente e garantam uma educação de qualidade. O reconhecimento da educação como um direito social fundamental exige a superação das políticas de desvalorização do trabalho e o fortalecimento de um modelo educacional que valorize a formação crítica e a autonomia intelectual.

As transformações econômicas impulsionadas pelo neoliberalismo resultaram em uma profunda precarização do trabalho, especialmente no setor educacional. O afastamento do caráter formador do trabalho e sua redução a uma mercadoria voltada para o lucro representam um desafio para a construção de uma educação integral e emancipatória. No contexto da Educação Básica, a contratação temporária de docentes é uma das manifestações mais claras dessa lógica. Para enfrentar esse cenário, é necessário repensar as políticas educacionais, assegurando condições de trabalho dignas e estáveis para os docentes, a fim de garantir uma formação efetiva e igualitária para os alunos.

4 Precarização do trabalho docente na educação básica: uma análise dos regimes de contratação temporária

O advento do neoliberalismo na década de 1990 intensificou a precarização do trabalho docente no Brasil. As reformas educacionais realizadas nesse período, incluindo a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ampliaram a obrigatoriedade do ensino, mas não garantiram um repasse adequado de recursos para a manutenção dos direitos trabalhistas da categoria docente. O resultado foi o aumento de políticas de flexibilização das relações de trabalho, que impactaram negativamente a profissão docente. Segundo Bernardes (2018), as reformas neoliberais transformaram o professor temporário em um “trabalhador precário”, sem garantia de vínculo empregatício, remuneração justa ou acesso a progressão de carreira, refletindo o aprofundamento das desigualdades no setor educacional.

Nesse contexto, Ferreira (2019) aponta que a categoria dos docentes temporários é marcada pela falta de estabilidade, o que os coloca em uma situação de permanente vulnerabilidade. Sem garantias de emprego e expostos a condições de trabalho mais adversas que os professores efetivos, os temporários são frequentemente comparados ao “exército industrial de reserva” descrito por Marx, sendo contratados e dispensados conforme as necessidades das instituições educacionais. Além disso, a remuneração dos temporários é, em média, inferior à dos efetivos, agravando ainda mais sua condição de precariedade. A falta de um plano de carreira impede a especialização e o desenvolvimento profissional contínuo, o que compromete tanto o docente quanto o processo educativo.

As consequências da precarização do trabalho docente não se limitam ao plano econômico, mas também afetam a subjetividade do professor. Segundo Mazzini (2017), a instabilidade e a falta de valorização profissional geram impacto negativo sobre a motivação e a saúde mental dos docentes, refletindo-se em sentimentos de desvalorização e desânimo. A precarização do trabalho, ao desestruturar a práxis docente, prejudica a qualidade do ensino, pois compromete a capacidade dos professores de planejar a longo prazo e de estabelecer relações estáveis com os alunos. A lógica neoliberal, ao transformar a força de trabalho em mercadoria, também reconfigura o sentido ontológico do trabalho, afetando a capacidade de desenvolvimento humano por meio da educação.

A flexibilização das contratações e a ausência de garantias trabalhistas para os professores temporários refletem um modelo de gestão voltado para a redução de custos, em detrimento da qualidade do ensino. A prática de contratação temporária é utilizada como uma medida de controle orçamentário, mas também como um mecanismo de controle sobre o corpo docente, uma vez que a rotatividade impede a construção de um ambiente pedagógico coeso. A alta rotatividade e a instabilidade do vínculo empregatício afetam diretamente a continuidade do aprendizado dos alunos,

pois dificultam a implementação de projetos pedagógicos a longo prazo e a criação de vínculos significativos com os estudantes.

Além dos impactos sobre os docentes e os alunos, a precarização do trabalho docente também influencia negativamente o ambiente escolar como um todo. A ausência de infraestrutura adequada e de políticas de valorização dos profissionais da educação compromete a eficácia das políticas educacionais, uma vez que as reformas neoliberais focam mais na eficiência econômica do que na efetividade pedagógica. A desvalorização do trabalho docente reflete a lógica do mercado, na qual a educação é vista como um serviço a ser prestado, e não como um direito fundamental e uma ferramenta de emancipação social.

Para enfrentar os desafios impostos pelo neoliberalismo na educação, é necessário adotar políticas públicas que valorizem o trabalho docente e garantam condições dignas de atuação. A superação da precarização do trabalho na Educação Básica requer um esforço coletivo que envolva o fortalecimento dos sindicatos, a criação de planos de carreira para os professores temporários e um financiamento adequado do sistema educacional. Somente por meio de um investimento real na educação será possível promover uma formação integral, capaz de transformar o trabalho em um meio de emancipação e desenvolvimento humano, em vez de uma atividade meramente mercantilizada.

O neoliberalismo, ao intensificar a precarização do trabalho docente por meio de políticas de flexibilização e desregulamentação, compromete não apenas as condições de vida dos professores, mas também a qualidade do ensino na Educação Básica. A contratação temporária, como expressão dessa lógica, reflete as contradições do modelo capitalista, no qual a redução de custos é priorizada em detrimento da formação integral dos alunos e da valorização dos profissionais da educação. É fundamental repensar as políticas educacionais e de trabalho no Brasil, de modo a garantir condições dignas para os docentes e uma educação pública de qualidade, que seja capaz de promover a emancipação humana e reduzir as desigualdades sociais.

5 Considerações finais

O trabalho e a educação são atividades centrais na construção da existência humana, historicamente associadas à formação de indivíduos autônomos e críticos. Contudo, sob a influência do capitalismo industrial e, mais recentemente, do neoliberalismo, essas atividades passaram por uma transformação substancial. Em vez de agentes de emancipação, tornaram-se mecanismos de controle e subsistência. No Brasil, essa mudança é notável no contexto da educação pública, onde a contratação de docentes temporários se intensificou, refletindo a precarização das condições de

trabalho e o afastamento de uma prática educativa integral. O presente artigo explora as consequências da lógica neoliberal sobre o trabalho docente, destacando o impacto das políticas de flexibilização no cotidiano dos professores temporários.

A imposição do regime de contratação temporária no setor educacional decorre diretamente da lógica neoliberal, que prioriza a redução de custos e a flexibilidade nas relações de trabalho. Essa forma de contratação submete os professores temporários a condições de trabalho degradantes, marcadas pela ausência de plano de carreira, falta de estabilidade e inadequação do ambiente escolar. Essas condições minam não apenas a dignidade profissional dos docentes, mas também seu bem-estar subjetivo, uma vez que são forçados a aceitar tais termos para garantir sua sobrevivência. A necessidade de adaptação ao modelo precário torna os professores mais vulneráveis a práticas de desvalorização e exploração.

Na atual conjuntura, a categoria docente, particularmente os temporários, enfrenta a redução contínua de investimentos públicos e um cenário de retração de direitos. O neoliberalismo trouxe uma nova concepção de trabalho, introduzindo versatilidade nas contratações, mas também promovendo a desestabilização dos servidores. Isso resultou na ampliação da precarização do trabalho, com os professores temporários ocupando uma posição de extrema fragilidade nas estruturas educacionais. Tal situação impacta diretamente a qualidade do ensino, já que os docentes não conseguem desenvolver plenamente seu potencial educativo em um contexto marcado por incertezas e instabilidade.

A precarização do trabalho docente vai além das condições objetivas, afetando também a práxis educativa e a subjetividade dos professores. Mazzini (2017) ressalta que a instabilidade gera impactos negativos sobre o bem-estar mental dos docentes, refletindo-se em sentimentos de desvalorização e desânimo. A lógica neoliberal, ao transformar o trabalho em uma mercadoria, limita sua função educativa e desvirtua o sentido ontológico da atividade docente, que deveria ser um vetor de formação humana e social. A rotatividade e a fragmentação do vínculo empregatício não apenas enfraquecem a prática pedagógica, mas também comprometem a continuidade dos projetos educacionais e o desenvolvimento integral dos alunos.

É evidente que o modelo de contratação temporária reflete uma estratégia de flexibilização e redução de custos inserida na lógica neoliberal. No entanto, essa prática compromete o caráter formador do trabalho docente, tanto no âmbito das condições objetivas de trabalho quanto nas dimensões subjetivas e educacionais. A precarização do trabalho na Educação Básica exige um esforço de revisão das políticas públicas, de modo a garantir condições de trabalho dignas e estáveis para os docentes. Apenas por meio de um investimento sólido na educação pública será possível

promover uma formação integral e equitativa, resgatando o papel emancipador do trabalho e fortalecendo a autonomia intelectual e crítica dos profissionais da educação.

Referências

- BERNARDES, A. T. *A precarização do trabalho docente na rede pública estadual paulista: possibilidades de uma análise territorial*. 2019. 123 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23072019-154906/pt-br.php>. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-23072019-154906>.
- FERREIRA, G. R. *Educação: Políticas, Estrutura e Organização*. Belo Horizonte: Atena Editora, 2019.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política – Livro I – O Processo de Produção do Capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf#page=1.00&gsr=0>.
- MAZZINI, M. C. C. *A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS PROFESSORAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARÍLLA/SP*. 2017. 144 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150464>.
- OLIVEIRA, J. H. F. *Professoras e professores temporários: a precarização do trabalho docente*. In: 39ª Reunião Nacional ANPED. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <https://anais.anped.org.br/39reuniao/trabalhos/professoras-e-professores-tempor%C3%A1rios-precariza%C3%A7%C3%A3o-do-trabalho-docente>.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. ISSN 1806-9649. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v12n34/v12n34a12.pdf>.
- VERÍSSIMO, P. M. D. *A flexibilização das formas de contrato docente na educação básica da rede pública da Bahia*. 2020. 106 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania), Universidade Católica do Salvador, Salvador. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/f88fcc1b-c7ac-494a-b4f3-25c5738b5c29>.